



## DA OBSERVAÇÃO À INTERVENÇÃO: UM ENSAIO SOBRE A REALIDADE DO ENVELHECIMENTO INSTITUCIONALIZADO

**Lusmara da Silva França**

Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA)

**Luiz Gustavo Santana**

Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA)

### RESUMO

Este trabalho apresenta as experiências acadêmicas desenvolvidas na disciplina de Intervenção Psicossocial, do curso de Psicologia da CEULP-ULBRA, em uma Instituição de Longa Permanência para Idosos (ILPI) localizada em Palmas/TO. O objetivo foi realizar três intervenções psicossociais com os residentes, visando promover bem-estar, fortalecer vínculos e valorizar suas histórias de vida. A metodologia incluiu visitas diagnósticas, diálogos com gestores e residentes, além de uma pesquisa de clima organizacional com a equipe da instituição. Os resultados evidenciam a relevância dessas ações, reforçando a necessidade de práticas humanizadas e da colaboração entre instituições, profissionais e políticas públicas para assegurar os direitos dos idosos em instituições de longa permanência.

**Palavras-chave:** Intervenção psicossocial; ILPI; Envelhecimento; Idosos.

### INTRODUÇÃO

Envelhecer faz parte do processo natural do existir, mas hábitos culturais e sociais influenciam significativamente a forma como esse envelhecimento se manifesta. Nas sociedades contemporâneas, o aumento da população com mais de 60 anos é apontado pela Organização das Nações Unidas (ONU, 2009) como um dos maiores desafios do século XXI. No Brasil, dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022) evidenciam esse crescimento constante, indicando a necessidade de uma rede de atenção ao idoso mais ampla, integrada e humanizada.

Nesse contexto, as Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs) surgem como alternativa essencial, oferecendo acolhimento a indivíduos que, por diversas razões, não dispõem de uma rede familiar de apoio adequada. Historicamente, segundo Araújo, Faro e Souza (2010), essas instituições foram concebidas com caráter assistencialista, voltadas à segurança física e social dos residentes. Contudo, diante das novas demandas do envelhecimento contemporâneo, é necessário que transcendam esse papel inicial, incorporando práticas que promovam autonomia, participação social e valorização das particularidades de cada indivíduo.

De acordo com Corrêa et al. (2002), é fundamental incentivar a participação social, a autonomia e o fortalecimento das capacidades cognitivas e emocionais dos idosos, promovendo um envelhecimento ativo. Nesse sentido, a intervenção psicossocial nas ILPIs deve ir além do assistencialismo, contemplando ações que promovam bem-estar, dignidade e autonomia dos residentes.

O presente artigo relata uma intervenção psicossocial realizada em uma ILPI de Palmas, Tocantins, como parte das atividades da disciplina de Intervenção Psicossocial



do curso de Psicologia da CEULP-ULBRA. O estudo teve como objetivos compreender o funcionamento da instituição, identificar necessidades psicossociais e desenvolver ações capazes de fortalecer vínculos interpessoais, valorizar a trajetória de vida e promover o bem-estar biopsicossocial dos residentes.

A pesquisa utilizou metodologia qualitativa, incluindo observação participante, escuta ativa e dinâmicas de grupo. Fundamentada nos preceitos da Psicologia Social e na ética do cuidado humanizado, a intervenção buscou ampliar a expressão da subjetividade dos idosos e criar um ambiente afetivo e participativo, sustentando a ideia de que um envelhecimento digno depende da integração entre instituições, profissionais e políticas públicas comprometidas com a valorização da vida e da história de cada idoso.

## 1 REFERENCIAL TEÓRICO

Envelhecer não se resume apenas aos aspectos biológicos, ao adoecimento do corpo e às limitações físicas, mas também abrange fatores psicológicos e cognitivos, bem como mudanças sociais e culturais. Em consonância com essa ideia, Escorsim (2017, p. 53) declara que “o processo de envelhecimento extrapola a condição de mero ciclo biológico, sendo um fenômeno humano e social, multifacetado por expressões sociais e significações culturais construídas na sociedade.” Isso significa que é fundamental entender a velhice sob os ângulos histórico, político, econômico e cultural, uma vez que esses fatores influenciam diretamente a percepção e o tratamento da pessoa velha.

O envelhecimento populacional, nas últimas décadas, se tornou um dos fenômenos sociais mais importantes da contemporaneidade, exigindo, portanto, transformações estruturais nas políticas públicas e nas práticas de cuidado voltadas à pessoa idosa. Segundo a Organização das Nações Unidas (2009), o aumento da população com mais de 60 anos é uma das mais significativas transformações demográficas do século XXI. No Brasil, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022), esse crescimento é constante e evidencia a necessidade de uma rede de atenção que seja humanizada e que proporcione dignidade e qualidade de vida.

O cuidado da pessoa idosa não é uma questão opcional, pelo contrário é um direito garantido constitucionalmente, no artigo 230 da Constituição Federal de 1988, que determina que é dever da família, da sociedade e do Estado garantir à pessoa idosa a proteção integral, com respeito, dignidade e participação na comunidade (Brasil, 1988). Reforçando esse direito o Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/2003) reafirma esse compromisso ao garantir direitos essenciais e ao orientar as políticas públicas de acolhimento e proteção. E é nesse sentido, que as Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs) se figuram como necessárias, pois recebem aqueles que não têm, por diversas razões, uma rede familiar que seja capaz de oferecer o cuidado diário que necessitam.

Fagundes (2017, apud Sousa Filho et al., 2022, p. 4) define ILPI como:

[...]um estabelecimento para atendimento integral institucional, cujo público-alvo é pessoas de 60 anos ou mais, dependentes ou independentes nas atividades de vida diária, que não dispõem de condições para permanecer com a família ou em seu domicílio. Pode-se definir ILPI também como uma instituição governamental ou não, que apresenta caráter residencial e visa o domicílio coletivo de indivíduos com idade igual ou superior a 60 anos, com



ou sem suporte familiar, promovendo condições de liberdade, dignidade e cidadania.

Essa definição evidencia que as ILPIs têm como objetivo oferecer um ambiente seguro e estruturado para idosos que não dispõem de suporte familiar ou condições para permanecer em seu domicílio. Além disso, ressalta-se que essas instituições devem ir além do cuidado básico, promovendo a autonomia, a dignidade e a cidadania dos residentes.

A institucionalização de idosos no Brasil permanece relativamente restrita em termos populacionais, embora revele desigualdades significativas entre as regiões do país. Segundo o Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM, 2024), aproximadamente 160.784 pessoas residiam em instituições de longa permanência para idosos, representando apenas 0,5% da população com mais de 60 anos. Observa-se, entretanto, que essa realidade não é uniforme: no Sudeste, residem 57,5% das pessoas em asilos, enquanto a região Sul concentra 24,8%. Essas diferenças refletem, sobretudo, a estrutura familiar, o grau de urbanização e o acesso às instituições, evidenciando que fatores socioeconômicos e demográficos influenciam diretamente a decisão pela institucionalização.

Essa realidade é reforçada pela análise de Christophe (2009, apud Carvalho, 2012, p. 83), que evidencia a cobertura insuficiente das ILPIs nos municípios brasileiros. No Nordeste, menos de 10% das cidades possuem instituições de longa permanência, enquanto no Sul esse percentual não ultrapassa 25%. Em ambas as regiões, a faixa etária de 80 anos ou mais representa a maior proporção de residentes, predominando mulheres, o que indica a necessidade de políticas direcionadas à população idosa mais longeva e vulnerável.

No contexto da região Norte, o município de Palmas, capital do Tocantins, exemplifica as lacunas existentes. Com uma população superior a 323 mil habitantes (IBGE, 2024, online), a cidade não dispõe atualmente de ILPIs públicas, contrariando as diretrizes legais. Essa ausência motivou recomendação da Defensoria Pública do Estado do Tocantins, por meio do Núcleo Aplicado das Minorias e Ações Coletivas (Nuamac), exigindo a implementação imediata de instituições de acolhimento para idosos (DPE-TO, 2023). Para o defensor público Neuton Jardim, a falta desse serviço caracteriza descumprimento da Constituição Federal, que assegura proteção e direitos básicos à pessoa idosa, bem como a Lei Municipal nº 1.888/2012 que estabelece que “o Município de Palmas, por meio da Secretaria Municipal competente, desenvolverá políticas de atendimento e amparo ao idoso, em colaboração com entidades beneficentes e assistenciais” (Palmas, 2012, art. 1º).

No Brasil, segundo Born (1996 apud Alcântara, 2003, p. 25):

A partir da década de 1960, quando se inicia a organização da Sociedade de Geriatria, mais tarde transformada em Geriatria a Gerontologia, começam a surgir as primeiras clínicas geriátricas e casas de repouso, não filantrópicas. A institucionalização da velhice deixa de ser apenas uma prática filantrópica e passa a se transformar também em fonte de renda, considerando o aumento desta população à mercê de cuidados especiais, acompanhado da impossibilidade da família em arcar com este aparato. A crescente procura pelo internamento tem motivado a criação de instituições de longa permanência, sobretudo, com fins lucrativos.

Esses dados evidenciam que a velhice no Brasil não foi institucionalizada somente por motivos assistenciais, mas também por razões econômicas e sociais. Esse



contexto ajuda a entender os obstáculos que as ILPIs enfrentam para oferecer um cuidado que seja tanto humanizado quanto apropriado às necessidades dos idosos.

Passos e Guedes (2018, p. 70), ao problematizar o fenômeno e oferecer uma perspectiva histórica, ressaltam que, nas últimas décadas, a dinâmica do cuidado familiar sofreu mudanças significativas, especialmente em razão da maior participação da mulher no mercado de trabalho. Esta mudança histórica diminuiu a oferta de cuidados privados não remunerados, que eram majoritariamente prestados por familiares, especialmente, as mulheres. O aumento da população idosa fez crescer consideravelmente a necessidade de cuidado, o que tornou evidente que era preciso contar com instituições que atendessem a essas necessidades, proporcionando aos idosos não apenas cuidado físico, mas também social e emocional.

Alcântara (2003, p. 31) destaca, porém, que:

A prioridade é que o velho permaneça com a família e junto à comunidade. Daí a necessidade de se fomentar serviços voltados para a modalidade não asilar, ou seja, centros de convivência, centros de cuidados diurnos, atendimento domiciliar, enfim, outras formas de atenção que promovam a integração do segmento idoso na família e na sociedade.

Neste sentido, entende-se que a institucionalização não pode ser vista como a única opção de cuidado para a pessoa idosa. É essencial garantir que o idoso permaneça com sua família e na comunidade, mantendo seus laços afetivos e sua função social. Essa proposta pode ser aprimorada com políticas públicas que foquem na criação e na manutenção de serviços destinados à população idosa, como centros de convivência, atendimentos domiciliares e cuidados diurnos, que favorecem a integração social, a valorização da autonomia e a qualidade de vida.

No entanto, em diversas situações, a institucionalização ainda é essencial, conforme destaca Born (2000, apud Alcântara, 2003), "nem todas as famílias, em face das condições psicossociais e econômicas, estão preparadas para manter seus velhos e, diante desta impossibilidade, uma das opções encontrada é o internamento asilar."

Essa decisão, porém, de acordo com Lima (1988, apud Alcântara 2003) pode gerar sentimento de culpa, remorso e medo de julgamento, tanto para os familiares quanto para os próprios idosos, que frequentemente interpretam a medida como abandono. Nesse contexto, Alcântara (2003) resalta que, mesmo quando a institucionalização se torna inevitável, é essencial conduzir o processo de forma sensível, garantindo a preservação da história de vida do idoso e fortalecendo os vínculos afetivos com a família.

Segundo Pereira (1996, apud Alcântara, 2003) o afastamento familiar e o sentimento de abandono são fatores determinantes para a saúde emocional e física de idosos que residem em uma instituição. É sabido que a solidão e a depressão geradas pelo internamento podem, inclusive, provocar a morte antes da hora, ou seja, o paciente pode morrer mais rapidamente em decorrência do afastamento da família.

Corroborando com esse pensamento Borges et al., (2015, apud SILVA et al., 2020, p.8) afirma que:

Apesar da independência de alguns idosos, quando os mesmos são institucionalizados tendem a se tornarem dependentes devido a não aceitação da nova moradia, a não adaptação do ambiente que de fato é diferente da sua rotina de onde morava, e o próprio afastamento de seus entes queridos. Nesse sentido, é importante prestar uma assistência especial individualizada a cada um desses idosos institucionalizados, a fim de prevenir a incapacidade



funcional dos mesmos, deste modo necessita que a equipe multiprofissional trabalhe em conjunto, conhecendo as características individuais, de forma que se possa planejar os cuidados a cada caso analisado.

De acordo com Perlini e Leite (2010, apud Corrêa et al., 2012, p. 129), “o asilo é geralmente visto pela sociedade de forma preconceituosa, o que resulta em uma conotação negativa em relação às atividades e à rotina dos internos.” De fato, existem instituições que reforçam essa percepção, ao não oferecerem condições adequadas de acolhimento e cuidado. No entanto, há também aquelas que cumprem seu papel social, simbolizando abrigo, segurança e assistência à pessoa idosa que necessita desse tipo de suporte. Assim, ainda que muitas vezes carreguem um estigma, as instituições de longa permanência podem representar a única alternativa viável para idosos que não dispõem de apoio familiar suficiente.

Entendendo que sua existência se faz necessária, também se torna imprescindível a efetiva execução das políticas públicas de fiscalização e vigilância por parte do Estado, garantindo que tais instituições, quer sejam de ordem pública ou privada, atuem em conformidade com as normativas legais e éticas, de modo a oferecer um serviço que assegure a dignidade e o bem-estar dos residentes. Nesse sentido, iniciativas como o Manual de Fiscalização das Instituições de Longa Permanência para Idosos (MMFDH/UNESCO, 2021) reforçam que o cuidado institucional deve ser seguro, humanizado e pautado no respeito aos direitos da pessoa idosa.

Sobre as práticas realizadas em ILPIs, Alcântara (2003, p. 26) destaca que “não se pode negar a viabilidade do atendimento asilar frente ao contexto em que o País se encontra, porém há que se qualificar esse serviço, uma vez que se trata de uma população que demanda cuidados mais complexos.” Para tanto, devem ser previstos cuidados assistenciais, mas também incluindo ações que promovam o bem-estar total, por meio de atividades físicas, cognitivas, culturais e sociais. Entre os vários aspectos essenciais para que a qualidade dos serviços prestados nessas Instituições seja garantido, está a presença do(a) profissional psicólogo(a) na equipe multiprofissional, justificando-se pela principal função de proporcionar ao idoso asilado a possibilidade de ressignificar suas vivências e enfrentar a velhice sob o aspecto psíquico, através, principalmente, de atividades grupais como recurso terapêutico que favoreça a criação de vínculos sociais e afetivos.

Além disso, a Resolução RDC nº 502/2021 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA, 2021) estabelece que as ILPIs devem disponibilizar um ambiente coletivo que garanta liberdade, cidadania e dignidade, levando em conta as necessidades e expectativas dos residentes. Esse modelo de cuidado se fundamenta em uma abordagem que coloca a pessoa idosa no centro das atenções, considerando-a um agente ativo em sua própria trajetória e uma figura central nas escolhas que dizem respeito à sua rotina e aos seus cuidados. Apesar de não ser obrigatório que haja psicólogos(as) nas Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs), conforme a Resolução, sua presença é muito recomendada, pois o trabalho do(a) psicólogo(a) é crucial para monitorar o bem-estar emocional dos idosos, auxiliar na adaptação à vida institucional e promover a saúde mental. De acordo com Fajardo e Melo (2025), a atuação dos profissionais da Psicologia nas ILPIs deve ter uma atuação comunitária, elaborando atividades que escutem e respeitem os idosos como protagonistas de suas histórias. De maneira análoga, Côrrea (2012) destaca que a



atuação psicológica fortalece a autoestima, a autonomia e a independência dos moradores, oferecendo um cuidado integral e humanizado.

Por isso, ter psicólogos(as) nas ILPIs vai além de um requisito profissional, é garantir ao idoso um lugar onde sua história de vida é respeitada, onde ele é acolhido em suas fragilidades e incentivado a manter relacionamentos afetivos e sociais. Isso permite que se garanta não apenas a segurança física, mas também o bem-estar emocional e a qualidade de vida das pessoas, tornando a instituição um ambiente de fato humano.

Dessa forma, as intervenções mantiveram o foco em propiciar um ambiente mais significativo e acolhedor aos idosos residentes, priorizando metodologias que favorecessem o diálogo, a expressão cultural e a socialização. Para tanto, foi considerado que cada idoso residente é um sujeito único, valorizando suas narrativas pessoais, considerando que as vivências e as interações sociais são estratégias fundamentais para a saúde mental e o bem-estar.

Assim, a proposta foi além da assistência, integrando conhecimentos psicológicos de cunho teórico e prático para a inclusão social e a defesa dos direitos humanos, reforçando o papel das ILPIs como locais de cuidado de qualidade, cidadania e pertencimento. Ainda que haja muitas nuances dentro da prática institucional, entende-se que é a partir dessa perspectiva ética e humanizada que as instituições de longa permanência para idosos devem conduzir seu fazer profissional, garantindo a cada um dos idosos atendidos respeito e dignidade.

## 2 MATERIAIS E MÉTODOS

A investigação foi conduzida sob uma abordagem qualitativa, conforme Godoy (1995, p. 62), para quem “a pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como fonte direta de dados e o pesquisador como instrumento fundamental”. Essa abordagem possibilita uma exploração aprofundada dos fenômenos estudados, valorizando o contexto, a observação direta, os registros em diário de campo e o diálogo com os idosos institucionalizados.

O estudo também se fundamentou nos pressupostos teóricos de Neiva et al. (2010, p. 16), que definem a intervenção psicossocial como uma forma de pesquisa-ação voltada a “facilitar o bem-estar psicossocial de indivíduos, grupos, instituições, organizações e/ou comunidades”. Assim, o pesquisador-interventor envolve-se ativamente com a realidade institucional, considerando tanto os aspectos objetivos, como estrutura e funcionamento, quanto os subjetivos, relacionados às dinâmicas grupais, resistências internas e relações interpessoais.

A etapa diagnóstica foi desenvolvida por meio de observação direta, registros em diário de campo, entrevistas com gestores, pesquisa sobre o clima organizacional junto aos colaboradores e diálogos informais com os idosos residentes. Essa fase teve como propósito compreender o contexto institucional, identificar necessidades psicossociais e mapear padrões de interação. Foram realizadas cinco visitas presenciais entre março e maio de 2025, respeitando a rotina da instituição e priorizando a construção de vínculos de confiança.

Em 14 de março de 2025, realizou-se uma reunião inicial com a gestora da instituição, na qual foi apresentada a proposta da disciplina Intervenção Psicossocial e o cronograma de execução das atividades, conforme descrito na carta de apresentação entregue à gestão. Nessa ocasião, também foi formalizada a autorização institucional



para a presença das pesquisadoras-interventoras e o desenvolvimento das ações propostas.

Nos dias 23 e 30 de março, ocorreram visitas voltadas à continuidade da etapa diagnóstica, incluindo entrevista com a coordenadora da instituição. Essa coleta de informações buscou caracterizar a estrutura física, a composição da equipe, o número de residentes e a existência de documentos institucionais, como missão, visão e organograma.

Na visita de 11 de abril de 2025, promoveu-se um momento de convivência e lanche com os idosos, favorecendo a aproximação e a observação das interações. Foi aplicada uma dinâmica com cartões coloridos para que os participantes expressassem suas percepções sobre o ambiente institucional: cartão amarelo (“O que me faz feliz morando aqui?”), vermelho (“Se eu pudesse mudar algo, o que seria?”) e verde (“Como me sinto neste momento?”). As respostas foram majoritariamente positivas, destacando o bom tratamento das cuidadoras e a convivência com os colegas, embora tenham surgido menções pontuais a atrasos nas refeições, especialmente no café da manhã. Esses relatos contribuíram para identificar pontos fortes e aspectos a serem aprimorados na rotina da instituição.

Com base nos dados da fase diagnóstica, elaborou-se o plano de intervenção psicossocial, implementado entre maio e junho de 2025. Foram realizadas três intervenções diretas com os idosos, utilizando dinâmicas centradas na valorização das histórias de vida, rodas de conversa e jogos interativos em dispositivo digital, empregados como recursos lúdicos e de estimulação cognitiva. Essa abordagem favoreceu a troca de experiências, o fortalecimento de vínculos, a cooperação entre os participantes e o contato com novas vivências sensoriais e emocionais.

### 3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Com relação à amostra, participaram da intervenção psicossocial 17 residentes da instituição, com idades que variavam entre 60 e 80 anos, sendo 7 do sexo masculino (41,2%) e 10 do sexo feminino (58,8%). O diagnóstico apontou que alguns residentes tinham mobilidade reduzida e outros, comprometimento cognitivo, o que evidencia a necessidade de adequamento das atividades às capacidades de cada um, sempre priorizando a segurança e a inclusão. Com base nas conversas com os idosos e nas observações, foram identificados sentimentos de insatisfação e dificuldades para se adaptar à vida na instituição, o que está em linha com o que a literatura aponta sobre o impacto emocional da falta de convívio familiar (Sousa et al., 2023).

O diagnóstico psicossocial revelou aspectos importantes que impactam diretamente o bem-estar dos residentes, sendo notável a falta de um(a) psicólogo(a) na equipe multiprofissional. Conforme Alcântara (2003), o(a) psicólogo(a) tem a função primordial de possibilitar aos idosos asilados a busca de um sentido para suas experiências de vida e o enfrentamento da velhice sob a ótica psíquica. Esse dado reforça o quanto é necessário que o profissional de Psicologia atue em Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs), pois é por meio desse cuidado emocional e do fortalecimento de laços que se cria um ambiente mais acolhedor e humanizado.

Assim, entre os meses de maio e junho de 2025, foram realizadas três intervenções psicossociais com os idosos residentes da ILPI, com foco nas demandas psicossociais levantadas e em consonância com a linha de atuação esperada dos(as) psicólogos(as) nas ILPIs, ou seja, com uma perspectiva grupal, buscando fortalecer a autoestima, os vínculos afetivos, a socialização e a valorização das memórias afetivas



dos residentes. Cada atividade foi planejada para estimular a participação ativa de todos, respeitando suas limitações físicas e cognitivas, promovendo cooperação, engajamento e compartilhamento de experiências, de modo a criar um ambiente acolhedor e favorecer o bem-estar biopsicossocial dos idosos.

Na primeira intervenção, “Histórias da Caixa”, participaram 14 residentes, correspondendo a 82,4% do total de 17, foram utilizados objetos simbólicos – como espelhos, linhas, cintos e pequenos brinquedos – para evocar memórias autobiográficas e fomentar o compartilhamento de experiências pessoais. Esse foi um momento que viabilizou o resgate de histórias de vida dos idosos, bem como, a partilha de sentimentos e o fortalecimento da identidade de cada um, além de aproximá-los uns dos outros, uma vez que em muitos momentos as histórias se repetiam, o que gerava risos, tudo isso dentro de um ambiente de escuta sensível e respeito mútuo.

Na segunda intervenção, 16 dos residentes, ou seja, 94,1% do total, participaram da atividade “Caixa das Qualidades”, que consistiu em utilizar uma caixa colorida com frases positivas na tampa fixadas na tampa, como “Você tem muito amor para dar! Agora passe para quem gosta de ajudar.” e “Você é muito divertido! Agora passe para quem cuida dos outros.”. Cada idoso era convidado a ler a frase em voz alta e, em seguida, escolher um(a) colega que, em sua percepção, apresentasse a qualidade destacada, passando a caixa para ele(a).

Durante a atividade, os idosos demonstraram-se envolvidos e motivados a participar, com interesse em realizar a leitura das frases de forma autônoma e entusiasmo ao escolher seus colegas para receber a caixa. Durante toda a atividade, os idosos foram acompanhados de perto pelas pesquisadoras-interventoras, recebendo auxílio para repassar e segurar a caixa, bem como na escolha dos objetos. Também foi possível observar momentos significativos de reconhecimento e valorização, como quando uma residente foi reconhecida por ajudar nas tarefas de recolher as roupas do varal, ou outra que sorriu ao receber a caixa com a frase “pessoa sincera”, confirmando espontaneamente sua preferência por falar a verdade. Alguns participantes apresentaram dificuldades para expressar verbalmente sua escolha devido a limitações cognitivas. Nesses casos, as pesquisadoras-interventoras, com o apoio dos demais idosos, ajudaram a interpretar as preferências, garantindo que todos participassem de forma inclusiva e respeitosa.

Um ponto importante da intervenção foi a participação ativa de um idoso que, até então, vinha se recusando a integrar as atividades, neste encontro, ele aceitou sentar-se no círculo e contribuiu para o grupo, mostrando significativa evolução em seu engajamento. Isso possibilitou uma valorização mútua e uma socialização, além de destacar a participação de alguns residentes que eram mais reservados e se mostraram mais engajados, evidenciando aumento na autoestima e do sentimento de pertencimento ao grupo.

A terceira e última intervenção, “Festa da Alegria”, contou com a participação total dos 17 residentes, representando 100% do grupo, e teve duração de 1h30. As atividades foram planejadas objetivando proporcionar um momento de interação entre os idosos em um ambiente festivo e agradável. Foram reproduzidas músicas e servidas comidas típicas de festa junina, como cachorro-quente, bolo de milho e paçoca, e realizadas atividades recreativas, entre elas o bingo e a dinâmica da “batata quente”, incentivando a mobilidade, a expressão emocional e o fortalecimento de vínculos afetivos entre os participantes.

A primeira dinâmica da intervenção foi a brincadeira da “Batata Quente”, adaptada com recursos tecnológicos para tornar o momento mais interativo. Através



de um iPad, foi utilizada uma roleta virtual com perguntas diversas. Enquanto um coração de pelúcia (representando a "batata") era passado de mão em mão ao som de uma música típica junina, o participante que estivesse com o objeto no momento da parada era convidado a tocar no iPad e rolar a roleta, respondendo a pergunta que saísse em sua vez, tais como: "Qual lugar você gostaria de conhecer um dia?", "Qual novela você gostava de assistir?" ou "Qual o nome do seu melhor amigo de infância?", entre outras. A atividade gerou muitas risadas e despertou lembranças afetivas, promovendo um ambiente leve, alegre e acolhedor.

Em seguida, foi realizado o "Bingo Junino", utilizando cartelas ilustradas com imagens de elementos típicos das festas juninas – como milho, espantalho, fogos de artifício, panela de cuscuz, sanfona, entre outros. O primeiro a completar a cartela foi incentivado a gritar "BINGO!" e recebeu como premiação uma cesta com doce típico, sendo, em seguida, estimulado a compartilhar, em momento futuro, com os colegas, promovendo interação e partilha entre os residentes. A atividade foi adaptada de forma a respeitar o declínio cognitivo de alguns participantes, garantindo que todos pudessem participar de maneira acessível e inclusiva. Cada idoso recebeu uma cartela personalizada e, à medida que os desenhos eram anunciados, marcava os itens com um "X". A dinâmica estimulou a atenção, o raciocínio e o espírito de competição saudável entre os residentes, além de reforçar os vínculos sociais e afetivos, mantendo o grupo engajado e integrado até o fim da atividade.

Apesar das limitações motoras e cognitivas apresentadas por alguns idosos, todos receberam o suporte necessário durante as atividades e foram acolhidos com empatia e sensibilidade. Isso contribuiu para a criação de um ambiente de convivência respeitosa, escuta atenta e trocas significativas. Os idosos mostraram entusiasmo ao participar, destacando a importância das manifestações culturais para a mobilidade, para a expressão emocional e para o fortalecimento de laços afetivos.

Ao final da intervenção, cada idoso recebeu uma "paçoquinha" acompanhada de um bilhete de agradecimento, como lembrança simbólica do momento vivido e em reconhecimento à participação e receptividade ao longo de todo o processo de intervenção.

Ao longo das três intervenções, notou-se um aumento no envolvimento dos idosos, de modo que todos os residentes estiveram presentes na última atividade, o que pode ser atribuído ao fortalecimento dos laços com os interventores-pesquisadores, à ambientação e ao ajuste gradual às novas dinâmicas. Nesse sentido, foi imprescindível que idosos com mobilidade reduzida e comprometimento cognitivo fossem incluídos, o que foi possível graças aos recursos lúdicos empregados, que permitiram uma participação adaptada. Além de entreter e alegrar, essas atividades também promoveram interação social, reminiscência e reconhecimento das narrativas de vida de cada residente.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O estudo teve como propósito compreender as demandas psicossociais dos residentes de uma Instituição de Longa Permanência para Idosos (ILPI) e desenvolver ações interventivas que promovessem o bem-estar emocional, a socialização e o fortalecimento da autoestima. Os resultados alcançados demonstraram que os objetivos propostos foram plenamente atendidos, uma vez que as intervenções possibilitaram a ampliação dos vínculos interpessoais, o resgate de memórias afetivas e o fortalecimento da identidade pessoal dos idosos.



A experiência evidenciou que o acolhimento, o diálogo e a criação de espaços de convivência significativa podem gerar transformações importantes no cotidiano institucional, favorecendo a integração e a qualidade das relações. Além disso, observou-se que a inserção de práticas psicológicas, mesmo quando conduzidas por acadêmicos sob supervisão, contribui para um ambiente mais humanizado e sensível às necessidades emocionais dos residentes. Constatou-se, ainda, que ações dessa natureza favorecem positivamente a autoestima, a coesão social e a adaptação à vida institucional. Tais resultados corroboram a literatura existente, que destaca a relevância do trabalho do(a) psicólogo(a) nas equipes multiprofissionais e a imprescindível atenção integral, humanizada e centrada na pessoa idosa como fator essencial à promoção da saúde mental e da qualidade de vida em ILPIs (Sousa Filho et al., 2022).

Por fim, considera-se que o trabalho realizado reforça a importância da presença constante de ações psicossociais em instituições de longa permanência, bem como da atuação do profissional de Psicologia como elemento essencial para a promoção de uma velhice mais participativa, saudável e dotada de sentido. Recomenda-se que novas pesquisas ampliem o escopo deste estudo, aprofundando a compreensão sobre os impactos de intervenções continuadas nesse contexto.

## REFERÊNCIAS

- ALCÂNTARA, Adriana de Oliveira. **Velhos institucionalizados e família: entre abafos e desabafos**. 2003. 153 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, SP, 2003. Disponível em: <https://www.repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/290100>. Acesso em: 10 out. 2025.
- ARAÚJO, C. L. de O.; FARO, A. C. M.; SOUZA, L. A. Trajetória das instituições de longa permanência para idosos no Brasil. **História da Enfermagem: Revista Eletrônica (HERE)**, v. 1, n. 2, 2010. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/002151469>. Acesso em: 21 mar. 2025.
- BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Resolução da Diretoria Colegiada – RDC nº 502, de 27 de maio de 2021**. Dispõe sobre o funcionamento das Instituições de Longa Permanência para Idosos – ILPI. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, n. 100, p. 112–114, 28 maio 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/servicosdesaude/saloes-tatuagens-creches/instituicoes-de-longa-permanencia-para-idosos>. Acesso em: 13 abr. 2025.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm). Acesso em: 13 abr. 2025.
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Censo 2022: número de pessoas com 65 anos ou mais de idade cresceu 57,4% em 12 anos**. Agência de Notícias do IBGE, 2024. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38186-censo-2022-numero-de-pessoas-com-65-anos-ou-mais-de-idade-cresceu-57-4-em-12-anos>. Acesso em: 21 mar. 2025.



BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Estimativas da população residente para os municípios brasileiros com data de referência em 1º de julho de 2024:** Palmas (TO). Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/to/palmas.html>. Acesso em: 13 abr. 2025.

BRASIL. **Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003.** Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 03 out. 2003. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/l10.741.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.741.htm). Acesso em: 21 mar. 2025.

BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos; UNESCO. **Manual de Fiscalização das Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs).** Brasília: MMFDH / UNESCO, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/centrais-de-conteudo/pessoa-idosa/manual-de-fiscalizacao-das-ilpis.pdf>. Acesso em: 10 out. 2025.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. **Idosos e família no Brasil.** Brasília, DF: Observatório Nacional da Família, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/observatorio-nacional-da-familia/fatos-e-numeros/idosos-e-familia-no-brasil.pdf>. Acesso em: 10 out. 2025.

CARVALHO, Francisca Rosemary Ferreira de. **Representação da Imagem Pela Velhice:** a fotografia enquanto memória de indivíduos abrigados em institutos de longa permanência – Asilo de Mendicidade de São Luís – MA. 2012. 123 f. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2012. Disponível em: <https://tedebc.ufma.br/jspui/bitstream/tede/35/1/Francisca%20Carvalho.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2025.

CORRÊA, Jimilly Caputo et al. Percepção de idosos sobre o papel do psicólogo em instituições de longa permanência. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p. 203–213, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbagg/a/wwRGpXHrfjM9sTHwN44v4g>. Acesso em: 25 maio 2025.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO TOCANTINS – DPE-TO. **Defensoria recomenda implantação de ILPI pública em Palmas.** Palmas, 2023. Disponível em: <https://www.defensoria.to.def.br/noticia/dpe-to-requer-do-municipio-de-palmas-implimentacao-do-servico-de-acolhimento-para-pessoas-idosas>. Acesso em: 13 abr. 2025.

ESCORSIM, Silvana Maria. O envelhecimento no Brasil: aspectos sociais, políticos e demográficos em análise. **Serviço Social & Sociedade**, n. 142, set./dez. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.258>. Acesso em: 10 out. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO DE FAMÍLIA – IBDFAM. **Cresce número de indivíduos em instituições de acolhimento no Brasil.** Brasília, 2025. Disponível em: <https://ibdfam.org.br/noticias/12207>. Acesso em: 10 out. 2025.

FAJARDO, Júlia Xavier; MELO, Denise Mendonça de. A atuação do psicólogo em instituições de longa permanência para pessoas idosas. **Cadernos de Psicologia**, v. 7, n. 12, 2025. Disponível em:



<https://seer.uniacademia.edu.br/index.php/cadernospsicologia/article/view/4497>. Acesso em: 10 out. 2025.

GODOY, Arlinda Schmidt. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57–63, mar./abr. 1995. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/rae/article/view/38183/36927>. Acesso em: 10 out. 2025.

NEIVA, Kátia Maria Costa; et al. **Intervenção psicossocial**: aspectos teóricos, metodológicos e experiências práticas. 1. ed. São Paulo: Vetor Editora, 2010.

OLIVEIRA, Daniela Emilena Santiago Dias de; ASSIS, Carolina Morro de. A atuação do psicólogo em instituições de longa permanência para idosos. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**, ano 6, ed. 5, v. 13, p. 139–156, maio 2021. ISSN 2448-0959. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/psicologia/longa-permanencia>. Acesso em: 26 maio 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Envelhecimento**. UNRIC – Centro Regional de Informação das Nações Unidas. Disponível em: <https://unric.org/pt/envelhecimento/>. Acesso em: 23 mar. 2025.

PALMAS. **Lei Ordinária nº 1.888, de 31 de maio de 2012**. Dispõe sobre a política municipal de atendimento e amparo ao idoso. Disponível em: LEI N° 1.888 – Política de atendimento ao Idoso. Acesso em: 13 abr. 2025.

PASSOS, Luana; GUEDES, Dyeggo Rocha. Participação feminina no mercado de trabalho e a crise de cuidados da modernidade: conexões diversas. **Revista PPP**, v. 1, n. 1, 2023. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/847>. Acesso em: 10 out. 2025.

SILVA, Celiane Jesus da; GARCIA, Samira Michel; SANTOS, Thais Martins dos; HALL, Joselaine Souto. Perfil dos idosos institucionalizados e a relação com a qualidade de vida: uma revisão bibliográfica. **Revista Científica Integrada**, v. 4, n. 4, p. 1-10, 2020. Disponível em: <https://www.unaerp.br/revista-cientifica-integrada/edicoes-antiores/volume-4-edicao-4/3733-rci-idososqualidadedevida-072020/file>. Acesso em: 10 out. 2025.

SILVA, A. de L. et al. Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPI): contribuições da Psicologia do Envelhecimento. In: Congresso Internacional Envelhecimento Humano, 2017, Campina Grande. **Anais [...]**. Campina Grande: Realize Editora, 2017. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/34507>. Acesso em: 26 maio 2025.

SOUSA FILHO, Aloísio Evangelista de et al. Instituições de longa permanência para idosos: revisão integrativa. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 15, e531111537573, 2022. DOI: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v11i15.37573>. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/37573>. Acesso em: 10 out. 2025.

SOUSA, Johnatan Martins et al. Prática do acolhimento na atenção psicossocial para o cuidado centrado na pessoa. **Cogitare Enfermagem**, [S. l.], v. 28, e92034, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/ce.v28i0.92034>. Acesso em: 4 maio 2025.



ISSN 2595-2110

---

## INFORMAÇÕES AUTORAIS

1. **Lusmara da Silva França**, *acadêmica de Psicologia*, Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA).
2. **Luiz Gustavo Santana**, *Psicólogo, Mestre, docente de Psicologia*, Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA).